

CUIDAR DE QUEM ENSINA: BEM-ESTAR DOCENTE FRENTE AOS DESAFIOS PEDAGÓGICOS¹

*Luciane de Jesus Velasquez **

*Flavinês Rebolo ***

RESUMO: O presente artigo trata de um recorte da pesquisa de mestrado: Bem-estar / mal-estar de professores que atuam no atendimento educacional especializado (AEE), situado em Ladário-MS. Propõe-se da apresentação de adversidades que ocorrem no ambiente escolar que provocam o mal-estar docente, apresenta estratégias de enfrentamento em busca do bem-estar. A pesquisa é de cunho bibliográfico. As análises apontaram a importância deste trabalho científico por se tratar da carreira e do papel dos professores que adoecem no desenvolver de funções; há de ressaltarmos como ponto positivo a formação continuada que se mostra eficaz, concomitantemente, com a realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado (AEE); Professor de AEE; Bem estar/ mal estar docente.

CARING FOR THOSE WHO TEACH: TEACHER WELL-BEING IN THE FACE OF PEDAGOGICAL CHALLENGES

ABSTRACT: This article deals with an excerpt from the master's research: Well-being / discomfort of teachers who work in specialized educational services (AEE), located in Ladário-MS. It proposes the presentation of adversities that occur in the school environment that cause teacher discomfort, presenting coping strategies in search of well-being. The research is bibliographic in nature. The analyzes highlighted the importance of this scientific work as it concerns the career and role of teachers who become ill in carrying out their duties; We must highlight as a positive point the continued training that proves to be effective, concomitantly, with reality.

KEYWORDS: Specialized Educational Service (AEE); AEE teacher; Teacher well-being/ill-being.

¹ Trabalho extraído parcialmente de VELASQUEZ, Luciane de Jesus. O bem estar/ mal estar dos professores que atuam no atendimento educacional especializado (AEE), em Ladário, MS. 2024. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2024.

* Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (2024). Graduada em Pedagogia pela FAEL (2012), Graduada em Artes Visuais pela UNIP (2022), Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Educação São Luís (2020). Professora da Rede Municipal de Ensino de Ladário, MS. Membro do Grupo de Pesquisa Formação, Trabalho e Bem estar docente. velasquez.lu@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6535-389X>

** Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo / USP (2005), Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo / USP (1999) e Graduada em Psicologia pela Universidade do Sagrado Coração / USC (1981). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Formação, Trabalho e Bem estar docente flavines.rebolo@uol.com.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4763-7434>

Introdução

A presente pesquisa surge a partir de inquietações pessoais sobre o trabalho desenvolvido pelos docentes que atuam na Educação Especial, especificamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Busca-se compreender as múltiplas dimensões desse trabalho, analisando os fatores que contribuem para o bem-estar e o mal-estar desses profissionais, considerando os desafios e as demandas que perpassam sua atuação.

Os professores que exercem a função no AEE enfrentam uma gama diversificada de atribuições, que vão além do espaço escolar e requerem um aprofundamento constante em diferentes saberes. Ao integrar a Educação Especial, esses profissionais são desafiados a lidar com múltiplas especificidades dos alunos, o que exige um repertório amplo de conhecimentos e estratégias. No entanto, a legislação vigente determina que o docente deve atender a todos os alunos com necessidades educacionais específicas, cada qual com suas peculiaridades, sem que, muitas vezes, haja suporte adequado para essa prática. Essa falta de apoio pode gerar insegurança e sobrecarga, impactando diretamente sua saúde emocional e profissional.

Além das exigências didático-pedagógicas, os professores do AEE frequentemente precisam lidar com aspectos que transcendem o ambiente escolar, como as dinâmicas familiares e sociais dos estudantes. A complexidade desse cenário pode ampliar os níveis de estresse e desgaste profissional, tornando-se um fator determinante para o mal-estar docente. Ademais, a inclusão escolar impõe desafios que vão desde a adaptação curricular até a necessidade de articulação com outros profissionais da escola e da rede de atendimento.

Nesse contexto, é fundamental discutir o impacto da “dupla função” atribuída ao professor do AEE, que precisa mediar o processo de ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, atuar como articulador das demandas educacionais e sociais dos estudantes com deficiência. Diante disso, este estudo propõe uma análise crítica sobre a atuação desses profissionais, refletindo sobre as condições de trabalho, os desafios enfrentados e as possibilidades para a construção de um ambiente mais colaborativo e eficiente no atendimento educacional especializado.

Segundo Mazzotta (1982, p. 48) “o professor do AEE tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e indireto através de orientação e assistência aos professores de classe comum”. Percebemos, assim, a importância desse professor no contexto da inclusão e, também, a diversidade de funções que lhes são imputadas: além das atividades didático-pedagógicas especiais com os alunos, deve interagir com o corpo docente buscando fortalecer e aprimorar o processo de ensino aprendizagem.

Professores do Atendimento Educacional Especializado: a legislação, suas funções e as satisfações/insatisfações no trabalho

A Resolução nº 04/2009 do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), determina em seu artigo 1º que "os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE)" (Brasil, 2009, p. 1). Dessa forma, conforme a legislação vigente, os alunos com necessidades especiais devem frequentar tanto a escola regular quanto o AEE, sendo esse atendimento, realizado no contraturno, fundamental para a efetivação da inclusão.

O Decreto nº 7.611/2011 estabelece que a proposta pedagógica da escola deve envolver a participação da família e dos estudantes, visando atender às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, define como objetivo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a garantia de condições de acesso a serviços de apoio especializado, de acordo com as necessidades individuais de cada estudante (Brasil, 2011). Entre as normativas que asseguram o direito à escolarização para todos, o AEE ocupa um papel fundamental.

Ao longo das últimas duas décadas, o Atendimento Educacional Especializado tem passado por reformulações significativas, acompanhando as mudanças no campo da educação inclusiva. Segundo Tardif e Lessard (2012, p. 23), "a escolarização supõe, historicamente, a edificação e a institucionalização de um novo campo de trabalho, a docência escolar, no seio da qual os modos de socialização e de educação anteriores serão ou remodelados, abolidos, adaptados ou transformados". Os autores destacam que essas transformações ocorrem em razão da própria natureza do trabalho docente, que se reconfigura constantemente para atender às demandas educacionais e sociais impostas pelo contexto escolar (Tardif, Lessard, 2012, p. 23).

Dessa forma, o AEE se apresenta como um serviço fundamental para garantir a inclusão e o desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência, exigindo do professor um repertório ampliado de conhecimentos e práticas pedagógicas que vão além da sala de aula tradicional. Com a inserção dos alunos com deficiência na escola outros estratégias para que esse aluno pudesse se manter em ambiente escolar de maneira a contemplar a inclusão foi Atendimento Educacional Especializado com os recursos necessários para atender esse alunado.

Nesse sentido, esse professor é advém de uma reformulação e o sistema impõe ao professor diversas atribuições em cima deste profissional essas (...) de exigências pedidas aos professores que traduz num aumento significativo de fontes de pressão presentes no ensino que, activadas pela aceleração de mudança social, se tornam causadoras de emoções negativas [...]" (Picado, 2009, p.7).

Na década de 1970, Picado (2009) destaca o surgimento do conceito de esgotamento profissional, ou síndrome de burnout, nos Estados Unidos, introduzido por Freudenberg (1974). Em

sua pesquisa, Freudenberger analisou o impacto da sobrecarga profissional em diversos trabalhadores da área da saúde, caracterizando a síndrome como “um estado de fadiga física e mental” resultante de um estresse prolongado no ambiente de trabalho. Desde então, o conceito tem sido amplamente estudado em diferentes áreas profissionais, incluindo a docência, onde se observa uma crescente incidência de casos.

O acúmulo de atribuições e a diversidade de demandas enfrentadas pelos professores, especialmente aqueles que atuam na Educação Especial, geram inúmeras consequências negativas. Entre os impactos mais recorrentes, destacam-se o aumento das comorbidades, altos níveis de estresse, ansiedade, exaustão emocional, além da desistência da profissão e do afastamento de muitos docentes devido à síndrome de burnout. Esse fenômeno preocupa não apenas pelos prejuízos à saúde dos educadores, mas também pelos reflexos na qualidade do ensino e na efetivação das práticas inclusivas nas escolas.

Vale ressaltar que os transtornos mentais comuns, como depressão e ansiedade, são as principais causas de afastamento dos professores, conforme apontam Desouky e Allam (2017) e Tostes, Albuquerque, Silva e Petterle (2018). O desgaste emocional e psicológico decorrente da sobrecarga profissional compromete não apenas o bem-estar do docente, mas também sua capacidade de atuar de maneira eficaz no ambiente escolar, impactando diretamente a aprendizagem dos alunos.

Para Picado (2009), é essencial compreender os fundamentos teóricos do esgotamento profissional e investigar os fatores que contribuem para sua manifestação entre os docentes. O autor ressalta que a sobrecarga emocional e física vivenciada pelos professores afeta tanto sua saúde mental quanto a qualidade do ensino que oferecem. Diante desse cenário, torna-se indispensável o desenvolvimento de estratégias institucionais e políticas educacionais que promovam melhores condições de trabalho, contribuindo para a valorização e o bem-estar dos profissionais da educação.

No contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a diversidade de atribuições dos docentes que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais amplia os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Além das demandas pedagógicas, esses profissionais lidam com a necessidade de adaptação curricular, a mediação entre escola e família, e a escassez de recursos para atender às especificidades de cada estudante. Segundo Esteve (1999), esses fatores contribuem significativamente para o desgaste docente, tornando o trabalho mais exigente e, muitas vezes, frustrante diante das dificuldades estruturais e institucionais.

[...] os professores se encontram ante o desconcerto e as dificuldades de demandas mutantes e a contínua crítica social por não chegar a atender essas novas exigências. Às vezes o desconcerto surge do paradoxo de que essa mesma sociedade, que exige novas responsabilidades dos professores, não lhes fornece os meios que eles reivindicam para cumpri-las. Outras vezes, da demanda de exigências opostas e contraditórias (Esteve, 1999, p. 13).

Com o intuito de aprofundar a compreensão sobre as condições de trabalho docente, recorreremos à pesquisa de Garcia e Anadon (2009), que, por meio de relatos biográficos de professoras, evidenciam a precarização e a intensificação do trabalho, além dos desafios enfrentados no exercício da profissão. O estudo aponta para questões como baixos salários, sobrecarga de funções e a falta de suporte adequado, fatores que impactam diretamente a qualidade do ensino e o bem-estar das docentes. Esses depoimentos revelam um cenário desafiador, no qual a valorização profissional e melhores condições estruturais ainda são necessidades urgentes para garantir um ambiente de trabalho mais digno e uma prática pedagógica mais eficaz.

Segundo as autoras Garcia, Anadon (2009, p. 21) esta:

intensificação é apoiada voluntariamente pelas professoras entrevistadas e confundida com maior profissionalismo, sentimento que é estrategicamente mobilizado pelas exigências oficiais de profissionalização docente e pelo apelo a uma ética de autorresponsabilização moral e individual pelo sucesso da escola (Garcia, Anadon, 2009, p. 21).

Os estudos sobre a realidade do trabalho docente evidenciam desafios significativos enfrentados pelos professores, especialmente no contexto da Educação Especial. Garcia e Anadon (2009, p. 65) apontam que essa conjuntura “estimula uma moral de autorresponsabilização e culpa por parte das professoras, que, aliadas à deterioração dos salários e das condições de trabalho, vêm contribuindo para a auto intensificação do trabalho docente e para a geração de frustrações e desencantos.” Esse cenário reforça o desgaste emocional e profissional dos educadores, impactando diretamente sua motivação e a qualidade do ensino.

Com a implementação de normativas recentes para as Salas de Recursos Multifuncionais, os professores precisam constantemente ampliar e ressignificar suas práticas pedagógicas para atender às exigências legais e às necessidades dos alunos. Essa crescente demanda impõe desafios adicionais, aumentando a carga de trabalho e, muitas vezes, gerando um sentimento de insuficiência profissional. Para minimizar esse impacto, torna-se essencial o desenvolvimento de novas estratégias de ensino que contribuam para reduzir o estresse docente e fortalecer sua atuação. Nesse sentido, Picado (2009, p. 11) destaca que “o estresse docente é um conceito complexo que contempla um conjunto de respostas cognitivas, afetivas e comportamentais que ocorrem nas situações de trabalho.”

A diversidade de funções atribuídas aos professores, aliada aos déficits estruturais e à falta de suporte adequado, pode gerar insatisfação profissional e comprometer seu bem-estar. Diante desse panorama, torna-se imprescindível investir em formações continuadas que proporcionem aos docentes ferramentas para lidar com as complexidades da prática educativa. Além disso, reformas estruturais e políticas educacionais mais eficazes são fundamentais para atender às necessidades dos professores de forma integrada, promovendo melhorias não apenas no âmbito individual, mas também no sistema educacional como um todo. Segundo José Freire (2011), a busca por condições mais justas de trabalho,

deve estar alinhada a uma perspectiva global da educação, garantindo que os docentes tenham suporte e reconhecimento necessários para exercer sua função com qualidade e equilíbrio.

[...] as políticas de formação e profissionalização docente, propostas e desenvolvidas neste contexto de reforma, parece não atentar para a complexidade do ato educativo, das novas demandas do mundo trabalho, bem como da situação real vivida pelo professor na escola pública que, em geral, não consideram as precárias condições de trabalho e formação: com pouco tempo disponibilizado para estudos e planejamento do ensino, falta de material didático, salas superlotadas, salários aviltantes e outros (Freire, 2011, p. 49).

O impacto da Síndrome de Burnout vai além do indivíduo, refletindo na qualidade do ensino e na relação entre professores e alunos. O desgaste emocional e a despersonalização — aspectos característicos da síndrome — podem comprometer a capacidade do docente de estabelecer vínculos, reduzir sua eficácia pedagógica e, em muitos casos, levá-lo ao afastamento ou até à desistência da profissão.

Essa condição se manifesta por meio de sintomas como fadiga extrema, desmotivação, baixa realização profissional e sentimentos de ineficácia, tornando-se um fator preocupante no cenário educacional. No caso dos professores, a sobrecarga de trabalho é intensificada por demandas burocráticas, a necessidade de adaptação constante às novas metodologias e legislações, além da falta de recursos e suporte institucional adequado.

O professor, diante do acúmulo constante de atribuições e responsabilidades, pode atingir um estado de exaustão física e emocional, comprometendo sua saúde e desempenho profissional. Segundo Souza, Carballo e Lucca (2023), “a Síndrome de Burnout (SB) é uma doença resultante de estresse crônico no trabalho que acomete trabalhadores de diferentes áreas, inclusive professores”.

A docência é permeada por situações que podem levar à exaustão, tanto física como emocional, devido às precárias condições de trabalho, associados à infraestrutura, características próprias da organização do sistema educacional em escolas públicas e privadas e fatores psicossociais que contribuem para o adoecimento do docente e o desenvolvimento da SB (Souza, Carballo, Lucca, 2023, p. 1).

De acordo com Paschoal e Tamayo (2004, p. 2), o acúmulo excessivo de trabalho, aliado às condições desafiadoras do ambiente escolar, pode desencadear um intenso nível de estresse nos docentes. Os autores definem esse processo como “um processo em que o indivíduo percebe demandas do trabalho como estressores, os quais, ao exceder sua habilidade de enfrentamento, provocam no sujeito reações negativas”. Esse cenário evidencia como a pressão contínua e a falta de suporte adequado impactam diretamente a saúde mental e física dos professores.

A pesquisa de Gouvêa (2016, p. 209) reforça essa problemática ao apresentar dados alarmantes sobre o adoecimento docente. O estudo revela que a ocorrência de cirurgias e o índice de licenças médicas entre os professores correspondem a 22,6% da amostra analisada, composta por 4.565 educadores. Esse

número expressivo é um reflexo das condições desgastantes da profissão e aponta para a necessidade urgente de medidas que minimizem os impactos da sobrecarga laboral na saúde dos profissionais da educação.

Nesse sentido, Lima (2010, p. 2) compreende que a sobrecarga de trabalho docente resulta de uma combinação de fatores que vão além da simples quantidade de tarefas desempenhadas. O autor define esse fenômeno como “uma complexa função de: duração da atividade, ritmo e intensidade do esforço, tipo de tarefa, estratégias de regulação [...], ciclos e pausas”, elementos que, quando desbalanceados, intensificam o desgaste físico e emocional no ambiente escolar.

Blanch (2012), por sua vez, amplia essa discussão ao relacionar a sobrecarga de trabalho docente a critérios pessoais, sociais e culturais, apontando a “pressão” como um fator determinante nesse processo. A exigência constante por produtividade, a falta de reconhecimento profissional e as dificuldades em equilibrar vida pessoal e profissional fazem parte desse contexto, contribuindo para o esgotamento progressivo dos educadores. Esse cenário reforça a necessidade de reestruturação nas políticas educacionais, com foco na valorização docente, na melhoria das condições de trabalho e no fortalecimento de ações que promovam o bem-estar e a permanência dos professores na carreira.

[...] percepções subjetivas ancoradas em marcos de referência e critérios pessoais, sociais e culturais acerca do que na carga imposta se estima razoável, justo, equitativo, saudável, legal, viável ou sustentável, do que carrega de ‘pressão’ psicológica aceitável de ser assumida e dos limites mais além dos quais aquela carga deve ser considerada ‘excessiva’ e ‘insuportável’ (Blanch, 2012, p. 73).

Nesta direção, é importante destacar a pesquisa de Viegas (2022), cujo objetivo foi analisar a intensa sobrecarga dos professores da educação básica em 18 municípios do Rio Grande do Sul, nos anos de 2018 e 2019. O estudo revelou que o exercício da docência exige uma dedicação contínua, extrapolando os limites do ambiente escolar e se estendendo ao espaço doméstico, onde a necessidade de planejamento, correção de atividades e formação continuada se tornam demandas adicionais. Esse acúmulo de funções contribui significativamente para o adoecimento físico e mental dos educadores, evidenciando a precarização das condições de trabalho na área da educação.

Sampaio e Marin (2004) aprofundam essa discussão ao priorizarem em seus estudos a análise das condições econômicas e sociais que impactam diretamente os professores. Os autores abordam a precarização da profissão docente, o desmonte da carreira e as práticas que resultam das mudanças impostas pela legislação educacional. O cenário atual reflete um processo contínuo de desvalorização do magistério, no qual os profissionais enfrentam baixos salários, falta de infraestrutura adequada, excesso de exigências burocráticas e pouca autonomia pedagógica, fatores que intensificam a sensação de esgotamento e insatisfação profissional.

No contexto da Educação Especial, Guerra, Rovaris et al. (2016) trazem contribuições relevantes ao analisarem, por meio de entrevistas com professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os desafios enfrentados no cotidiano escolar. A pesquisa revelou que, em muitos casos, os professores do AEE atendem crianças que não possuem um diagnóstico formal de deficiência. Cerca de 69% das queixas relatadas pelos docentes referem-se à dificuldade de atender alunos que apresentam desafios na aprendizagem, com ou sem laudo médico. No entanto, segundo as autoras, essas dificuldades, por si só, não configuram a necessidade de atendimento especializado no AEE, o que pode gerar um desvio de função para esses professores e sobrecarregar ainda mais o serviço.

Esse cenário evidencia um problema estrutural na organização da Educação Especial, em que a falta de diagnósticos precisos e a carência de recursos especializados fazem com que o AEE, muitas vezes, seja solicitado para suprir demandas que deveriam ser atendidas por outras instâncias pedagógicas. Esse descompasso entre a legislação, as práticas escolares e as reais necessidades dos alunos reforça a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas voltadas para a inclusão, garantindo que os profissionais da área tenham clareza em relação às suas atribuições e que os estudantes recebam o suporte adequado para seu desenvolvimento.

Em relação às queixas apresentadas, destaca-se que cerca de 20% referem-se às especificidades da deficiência da criança, associadas ou não a problemas de comportamento. Apesar de muitas deficiências tornarem-se um possível complicador para o processo de ensino-aprendizagem, o que justificaria o encaminhamento aos serviços especializados como o AEE, ressalta-se que nem todas as crianças diagnosticadas como deficientes precisam deste atendimento (Guerra, Rovaris et al., 2015, p. 325-326).

No contexto da Legislação há necessidade de novas pesquisas, o que ressaltam as funções dos professores do AEE, devem chegar a uma parceria para poder deixar bem claro as funções do Atendimento, bem como, a saber o público alvo ao qual é destinado;

No contexto da legislação educacional, torna-se evidente a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a compreensão sobre as funções dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). É fundamental que haja um esforço conjunto entre pesquisadores, gestores educacionais e docentes para esclarecer de forma precisa quais são as atribuições específicas desse atendimento, bem como definir, de maneira objetiva, o público-alvo ao qual ele se destina.

A falta de clareza em relação às funções do AEE pode gerar sobrecarga para os professores, uma vez que, em muitos casos, eles acabam assumindo responsabilidades que vão além de seu escopo de atuação. Esse desvio de função compromete a efetividade do atendimento, desviando o foco do trabalho pedagógico especializado e sobrecarregando o profissional. Além disso, a ausência de diretrizes mais detalhadas pode levar à inserção de alunos no AEE sem que haja uma real necessidade desse serviço, desfavorecendo tanto o estudante quanto o professor.

discute-se a necessária valorização e formação do professor como um importante agente de promoção de aprendizagens e desenvolvimento humano. Assim, em uma política de educação inclusiva, ressalta-se o necessário esclarecimento deste profissional sobre a função do AEE, a fim de que ele encaminhe casos específicos, compatíveis com os serviços que o programa está apto a realizar (Guerra e Rovaris et. al., 2015, p. 326).

Essas e outras funções atribuídas ao docente refletem diretamente na sobrecarga de trabalho e na intensificação das demandas pedagógicas. De acordo com José Freire (2011, p. 48-49), “a ampliação de suas funções docentes, no contexto da reforma educativa, tem contribuído para um sentimento de insegurança, desencanto”. Esse cenário evidencia um processo contínuo de transformação do papel do professor, que, além das responsabilidades tradicionais relacionadas ao ensino, precisa lidar com exigências burocráticas, adaptações curriculares, acompanhamento individualizado dos alunos e a busca constante por formação continuada.

A ampliação das atribuições docentes, muitas vezes, ocorre sem o devido suporte institucional, resultando em um aumento significativo da carga de trabalho e na sensação de desamparo profissional. A necessidade de atender a múltiplas demandas, sem recursos adequados e sem uma estrutura que favoreça a implementação efetiva das políticas educacionais, leva ao esgotamento físico e emocional dos professores. Esse acúmulo de funções contribui para a precarização da profissão, gerando um impacto negativo tanto na qualidade do ensino quanto na saúde mental dos educadores.

Essas e outras funções atribuídas ao docente, segundo José Freire (2011, p.48-49), “A ampliação de suas funções docentes, no contexto da reforma educativa, tem contribuído para um sentimento de insegurança, desencanto” e,

O professor deverá assumir e prestar contas de suas tarefas didáticas à escola, aos pais e à sociedade e ainda, participar da “gestão escolar” junto à “comunidade”. Nesta perspectiva, O professor é em geral, visto como agente responsável pela mudança educativa, o que o leva a manifestar reações contraditórias diante das exigências que estão além da sua formação (Freire, 2011, p. 48-49).

Neste sentido, destaca-se a pesquisa de Mendes (2011), intitulada “*Saúde docente: uma realidade detectada – em direção ao bem-estar e à realização profissional*”. O estudo, de abordagem quanti-qualitativa, teve como objetivo detectar e analisar as condições de mal-estar e bem-estar de 30 professores, identificando os principais fatores que impactam sua saúde e qualidade de vida no ambiente escolar.

Os resultados revelaram um quadro preocupante: 35,4% dos professores estavam afastados por licença médica, um índice alarmante que evidencia a fragilidade das condições de trabalho na docência. Os educadores participantes demonstraram plena consciência dos fatores que desencadeiam seu mal-estar, apontando índices elevados de estresse e exaustão física e emocional. A pesquisadora ressalta que esses problemas não são isolados, mas reflexos de um sistema educacional que impõe uma sobrecarga excessiva aos profissionais sem oferecer suporte adequado.

Diante desse cenário, a pesquisa sugere a necessidade de um investimento mais significativo na formação continuada dos professores, com foco específico na promoção do bem-estar docente.

Estratégias voltadas para a valorização profissional, melhores condições de trabalho e acompanhamento psicopedagógico são fundamentais para garantir que os professores possam desempenhar suas funções de maneira saudável e eficaz. Afinal, a qualidade da educação como um todo está diretamente ligada à saúde e ao bem-estar daqueles que atuam na linha de frente do ensino.

No que se refere à saúde dos professores, Zacharias et al. (2011, p. 02) destacam que "*o tema da saúde docente vem sendo pesquisado com um maior rigor científico a partir dos últimos quinze anos*". Os estudos apontam que, historicamente, o professor foi colocado em segundo plano no que diz respeito às políticas de cuidado e bem-estar no ambiente de trabalho. Essa negligência resultou em uma lacuna significativa, que, ao longo do tempo, contribuiu para o aumento dos casos de esgotamento, doenças ocupacionais e afastamentos na categoria.

A saúde do professor, até então, nunca foi levada a sério em consideração na construção das políticas públicas, propostas em nível de sistemas de ensino e em algumas unidades escolares, o que se pode considerar como uma falha (ou omissão) por parte dos órgãos responsáveis pela criação e implantação de propostas pedagógicas (Zacharias et al., 2011, p. 02).

Para Zacharias et al. (2011, p. 20), o mal-estar docente está diretamente correlacionado a uma série de fatores históricos, estruturais e conjunturais que permeiam a profissão. No âmbito político, evidencia-se a falta de investimentos adequados na educação, a desvalorização da carreira docente e a sobrecarga imposta pelas reformas educacionais que, muitas vezes, não consideram as reais condições de trabalho dos professores. No aspecto social, observa-se o crescente desrespeito à autoridade do professor, a precarização do ensino e a dificuldade de estabelecer uma relação equilibrada entre as demandas escolares e a vida pessoal. Já no contexto cultural, destaca-se a exigência de adaptação constante às novas metodologias, tecnologias e políticas inclusivas, muitas vezes sem a devida formação e suporte institucional.

Podemos constatar que fatores como universalização do acesso à educação, má qualidade do ensino, pouco investimento na Educação Básica, diminuição dos salários, aumento da carga horária de trabalho e desvalorização da profissão contribuíram para o desgaste da docência e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do mal-estar docente no âmbito brasileiro (Zacharias et al., 2011, p. 20).

Segundo Oliveira (2016), sua pesquisa realizada com 120 professores investigou as principais causas da insatisfação na profissão docente, abordando o conceito de *mal-estar docente*. Os resultados do estudo revelaram que essa insatisfação se manifesta de diversas formas, incluindo desinteresse, apatia e desmotivação, além de sintomas psicossomáticos preocupantes, como angústias, fobias e crises de pânico. Esses sintomas refletem o impacto negativo das condições de trabalho sobre a saúde física e mental dos docentes, sendo influenciados por fatores sociais e políticos que agravam ainda mais o quadro. A autora destaca que a sobrecarga de responsabilidades, a falta de valorização profissional e o descompasso entre

as exigências do trabalho e os recursos disponíveis contribuem significativamente para esse cenário de desgaste.

Além disso, Mosquera e Stobaus (2001) apontam outro fator crucial para a intensificação do mal-estar docente: a falta de perspectiva profissional. A ausência de um plano de carreira estruturado, a desvalorização da profissão e a alienação crescente no exercício do magistério fazem com que muitos docentes se sintam sem identidade profissional e sem expectativas de crescimento. Essa realidade gera um ciclo de frustração, agravado pela cobrança constante por melhores desempenhos, muitas vezes sem suporte adequado para atender às demandas educacionais.

A desespiritualização do trabalho, através do seu esvaziamento no sentido de significado, é o que dá ao ser humano o seu constrangimento e a sua impotência. É bastante doloroso e alienante trabalhar apenas para sobreviver, mas é muito pior trabalhar apenas por isso, sem ter uma visão de futuro e uma perspectiva de desempenho e compreensão da tarefa, e um sentido e direção de hominização/humanização (Mosquera; Stobaus, 2001, p. 68).

Esteve (1999, p. 14) aponta que um dos principais fatores do mal-estar docente é a “fragilização social da imagem do professor”, que é exacerbada por uma série de fatores contextuais e estruturais que afetam a profissão. A fragilização da imagem do professor se reflete na desvalorização pública da carreira docente, no crescente desrespeito à autoridade do educador e na falta de reconhecimento do trabalho essencial realizado pelos docentes. Esse fenômeno, no entanto, não é isolado, mas resulta de um conjunto de fatores principais e secundários que interagem entre si, criando um ambiente de trabalho propenso à exaustão emocional e profissional.

Entre os fatores principais, destacam-se as condições precárias de trabalho, o aumento da carga de responsabilidades sem o devido suporte, a falta de recursos materiais e humanos, e a pressão para atender às demandas educacionais de forma rápida e eficiente, sem considerar a complexidade do processo de ensino-aprendizagem. Esses fatores tornam o trabalho docente cada vez mais desgastante e comprometem a qualidade de vida dos educadores.

Já os fatores secundários, relacionados ao contexto social e político, incluem a falta de investimento adequado na educação, a redução de direitos trabalhistas, a escassez de políticas públicas de apoio ao professor, e a crescente cobrança por resultados imediatos sem o reconhecimento das dificuldades reais enfrentadas nas escolas. A soma desses fatores contribui significativamente para a sensação de impotência e frustração entre os docentes, intensificando o mal-estar e comprometendo sua saúde física e mental.

Modificação no papel do professor (as novas funções decorrentes da burocratização da profissão) e dos agentes tradicionais e socialização (por exemplo a transferência dos papeis educativos da família para a escola); Função docente (contestação e contradições); modificação do contexto social (por exemplo a multiculturalidade e a exigência de inclusão). Fragilização social da imagem do professor; Debilidade dos recursos materiais e condições de trabalho face as necessidades educativas; violência nas

instituições escolares; esgotamento docente e a acumulação de exigências sobre o professor (Esteve 1999).

De acordo com Rebolo e Bueno (2014, p. 324), o trabalho desempenha um papel crucial na transformação da realidade do ser humano e, conseqüentemente, na sua própria transformação. No entanto, essa experiência pode ser sintetizada em dois extremos que se inter-relacionam: de um lado, o “mal necessário”, que apenas assegura a sobrevivência, mas que gera sofrimento; e, de outro, a atividade prazerosa que possibilita a realização pessoal e profissional. Esses dois aspectos, embora aparentemente opostos, fazem parte de um mesmo processo de trabalho, sendo inseparáveis e mutuamente interdependentes. O trabalho, portanto, pode ser uma fonte tanto de sofrimento quanto de realização, dependendo das condições e da dinâmica em que ele se insere.

As causas que favorecem o bem-estar no ambiente de trabalho docente estão diretamente relacionadas a diversos fatores que não se limitam ao contexto escolar, mas também perpassam outras esferas da vida do professor, como o ambiente familiar e social. No entanto, esses fatores, quando combinados com a diversidade de atribuições e a sobrecarga de trabalho, podem gerar um desencanto em relação à profissão, criando um ambiente de desgaste físico e emocional. A busca por equilíbrio entre as diversas responsabilidades e a qualidade das relações interpessoais no ambiente de trabalho torna-se essencial para minimizar os efeitos negativos do mal-estar.

Segundo Rebolo (2012, p. 22), “o componente relacional do trabalho docente, que é constituído pelas relações interpessoais e pelas dinâmicas relacionais estabelecidas no ambiente escolar, também foi apontado pelos professores como propiciador de bem-estar”. Essas relações positivas entre professores, alunos e gestores educacionais têm um impacto direto no bem-estar do docente, ajudando a criar um ambiente de trabalho mais harmonioso e colaborativo. A convivência com colegas de trabalho e o apoio da gestão escolar contribuem para o desenvolvimento de um sentimento de aceitação e pertencimento ao grupo, o que é fundamental para a satisfação profissional.

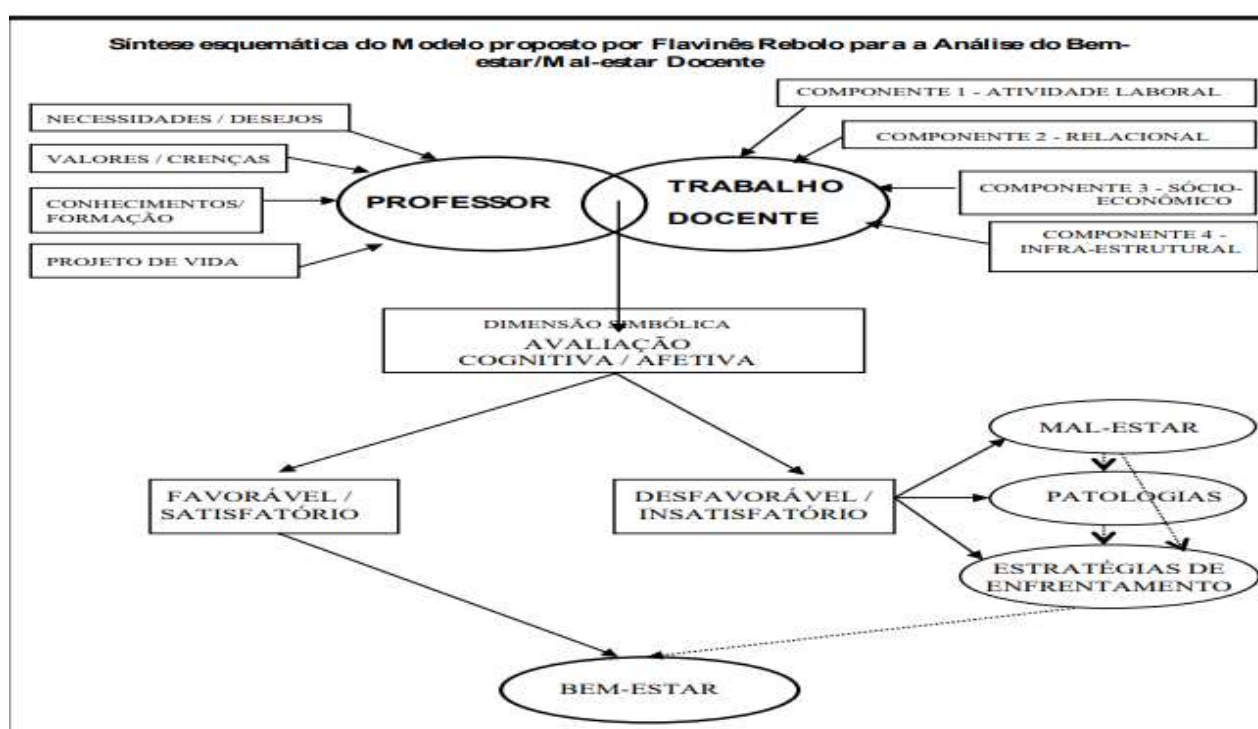
Rebolo (2012, p. 22) reitera que essas interações positivas “propiciam o sentimento de aceitação e pertencimento ao grupo”, fatores que são determinantes para a felicidade e a motivação dos professores, além de influenciar diretamente suas metas e objetivos dentro da unidade escolar. Assim, o trabalho docente, quando permeado por relações interpessoais saudáveis e um ambiente escolar de apoio mútuo, pode proporcionar não apenas a realização profissional, mas também o bem-estar pessoal, criando um ciclo virtuoso de motivação e satisfação no exercício da profissão.

O relacionamento com diretores, com os demais professores, com os alunos e funcionários, quando positivo, oferece apoio social, emocional e técnico, possibilitam a consecução de metas que não poderiam ser realizadas individualmente, atendem a necessidades de amizade e reduzem sentimentos de solidão e frustração, oferecem retorno sobre o trabalho realizado, informam e esclarecem sobre as expectativas normativas do papel do professor (Rebolo, 2012, p. 22).

Nesse contexto complexo dos aspectos estruturais, do tecnicismo, do formalismo da escola e das suas funções como professor perante seu trabalho, Rebolo faz uma análise ampla no ambiente escolar buscando entender os diversos fatores que possam acarretar o mal estar do professor. Os aspectos laborais são relacionados com a realização e as condições do trabalho, sendo assim, Rebolo (2012) propõe uma análise em quatro dimensões: 1- atividade laboral, do trabalho em si; 2- das relações interpessoais; 3- das condições sociais econômicas; 4- das condições físicas e de infraestrutura do ambiente escolar.

Rebolo (2012) desenvolveu um esquema de modelo para a observação do bem estar/mal estar docente que consiste em um conjunto de fatores que foram organizados e agrupados em uma visão global do processo de construção do bem estar/mal estar do professor.

Quadro 1 – Síntese esquemática do modelo proposto por Flavinês Rebolo para a análise do bem-estar/mal-estar docente



Fonte: Rebolo, 2012, p. 33

O quadro apresentado ilustra a complexa relação do professor dentro da Unidade Escolar, destacando suas necessidades, desejos, valores e crenças. Este contexto envolve uma formação contínua com o objetivo de adquirir conhecimentos que não apenas enriquecem sua trajetória profissional, mas também impactam diretamente no seu cotidiano, permitindo-lhe lidar de forma mais eficaz com os desafios e exigências do trabalho docente. Em um projeto de vida, a autora ressalta que, além das atividades laborais, é fundamental que o professor também se envolva em atividades extraescolares que possam contribuir para sua felicidade e bem-estar, promovendo um equilíbrio entre sua vida profissional e pessoal. A participação em atividades fora do ambiente escolar pode proporcionar momentos de

descontração e satisfação, essenciais para o fortalecimento emocional e mental do educador, além de incentivar a criatividade e o autodesenvolvimento.

Esse olhar atento para a realidade do professor deve ser ampliado para os ambientes educacionais de forma geral. A escola, enquanto instituição, exerce uma influência considerável sobre a vida de seus docentes. Ela define e assume, muitas vezes de forma sutil e disfarçada, uma autonomia ampla sobre o estabelecimento de seu modo de ser e de fazer, como afirma Luck (2011). Essa autonomia, embora necessária para a construção da identidade escolar, muitas vezes pode gerar tensões e pressões para os educadores, uma vez que os moldes institucionais impostos podem não contemplar as especificidades e as necessidades de cada profissional. A gestão escolar, portanto, precisa estar atenta não apenas aos aspectos pedagógicos e administrativos, mas também ao impacto dessas práticas na saúde e no bem-estar dos professores.

Para Jesus et al (2011), quando se trata de bem-estar deve haver resiliência para superar as dificuldades, desta maneira:

[...] o bem-estar docente pode ser traduzido pela motivação e realização do professor, em virtude do conjunto de competências (resiliência) e de estratégias (coping) que este desenvolve para conseguir fazer frente às exigências e dificuldades profissionais, superando-as e otimizando o seu próprio funcionamento (Jesus et al, 2011, p. 17).

As pesquisas de Scaramuzza (2023) e Rosa (2015) demonstram fatores positivos aos quanto aos programas de formação continuada; citemos o de elaboração do PROFABEM (Programa de Formação Continuada para Promoção do Bem-Estar de Professores Alfabetizadores). Além de contribuir com a satisfação no trabalho, conseqüentemente, diminuiu a insatisfação nos fatores de: identificação com as atividades realizadas, ritmo de trabalho, uso da criatividade, condições gerais de infraestrutura, desenvolvimento profissional/treinamento/ educação continuada e de conhecimento das metas da escola.

Nesta direção, Rebolo (2012, p.18) ressalta que, “[...] a formação continuada, tema de inúmeros estudos e que tem sido pesquisada intensamente nos últimos anos, é um fator que deve ser considerado como elemento essencial para a obtenção do bem-estar docente”. Nota-se que os estudos da autora nos auxiliam a entender os aspectos que geram o bem-estar docente.

Ferreira e Santos (2016), sobre a estrutura da formação continuada de professores, procuram descrever as práticas adotadas em sincronia com as necessidades e a realidade do docente, a saber:

Uma formação mais sintonizada com as necessidades dos professores será tanto mais efetiva considerando que, assim, mobilizará sua atenção e empenho em articular a teoria e a prática para a resolução de problemas relativos ao ensino e à aprendizagem, refletindo na melhoria da qualidade do processo educativo e, conseqüentemente, de todo o sistema educacional (Ferreira e Santos, 2016, p. 01).

Macedo (2020) desenvolveu uma pesquisa focada no bem-estar e mal-estar docente dos professores das escolas localizadas nas Águas do Pantanal, com o objetivo de compreender as condições de trabalho dos educadores e os fatores que influenciam sua satisfação ou insatisfação. Os resultados da pesquisa indicaram que a maior satisfação dos professores está relacionada à identificação deles com a atividade docente e com as relações interpessoais dentro do ambiente escolar. Esses aspectos, muitas vezes, são vistos como os pilares que sustentam a motivação e o envolvimento dos educadores, pois são fundamentais para a construção de um sentido de pertencimento e realização profissional.

Por outro lado, a menor satisfação está ligada à infraestrutura das escolas, um fator crucial que impacta diretamente as condições de trabalho e a eficácia das práticas pedagógicas. A falta de recursos, espaços inadequados para a realização das atividades, além da carência de materiais didáticos e tecnológicos, foram apontados como elementos que dificultam o desenvolvimento de um trabalho de qualidade e contribuem para o mal-estar dos docentes. Esses aspectos negativos se relacionam diretamente às quatro dimensões de bem-estar e mal-estar identificadas por Reboló (2012), que envolvem os contextos físico, psicológico, social e organizacional.

Considerações finais

Esta pesquisa apontou dificuldades na realização do trabalho docente. Devido ao sistema educacional percorre de mudanças significativas, em decorrência das diversas atuações de enfrentamento quanto ao caminho da realização do seu trabalho.

No contexto geral, os professores relatam problemas em âmbito educacional que os afetam direta e indiretamente e, essa realidade permeada a um conjunto de fatores, podem causar o mal estar docente. A formação continuada se faz necessária, pois surte efeito estratégico quando desenvolvida de maneira eficaz, condizente com a realidade; sendo assim, serve como um escape para ocasionar possíveis soluções – ao menos minimizar- quanto aos problemas no trabalho.

As dificuldades encontradas mostram a realidade em que estão inseridos os professores, esses estudos analisados nos fazem refletir e debater sobre a importância de novas pesquisas para que possam colaborar com os professores. Nesse processo de entendimento para detectar o mal estar; consequentemente, cria estratégias de enfrentamento resignificando, desta feita, o bem-estar na vida dos professores.

REFERÊNCIAS

- BLANCH J. M. Trabajar y bienestar. In: BLANCH, J. M. (Org.). *Teoría de las relaciones laborales*. Barcelona: FUOC, 2012. p. 4-101.
- BRASIL. *Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 27 out. 2023.
- BRASIL. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.
- DESOUKY, D.; ALLAM, H. Occupational stress, anxiety and depression among Egyptian teachers. *Journal of epidemiology and global health*, v. 7, n.3, p. 191-198, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28756829/>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ESTEVE, J. M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: EDUSC, 1999.
- FERREIRA, J. da S.; SANTOS, J. H. dos. Modelos de formação continuada de professores: transitando entre o tradicional e o inovador nos macro campos das práticas formativas. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 3, p. 01-15, 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5795>. Acesso em: 13 out. 2023.
- FREIRE, J. C. da S. Formação e Profissionalização Docente: Sentidos e Perspectivas de Análise. In: SOUZA, R. C. C. R. de.; MAGALHÃES, S. M. O. (Org.). *Professores e Professoras: Formação: Poíesis e Práxis*. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2011.
- GARCIA, M. M. A.; ANADON, S. B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 63-85, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/F4ngy7gs3qcGKcSrJh5CB5s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- GOUVÊA L. A. V. N. de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/csTLDPyFBWXLBtCnSn6R8qp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- GUERRA, B. T.; ROVARIS, J. A.; MARIANO, M.; MEIRELES, P.; ROSANTI, S.; BOLSONI-SILVA, A. T. Análise das queixas da rede municipal encaminhadas para a Educação Especial *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 321-328, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/t5dLM5WFH5cf74n7XFG8PZR/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- JESUS, S. N. de; MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D.; SAMPAIO, A.; REZENDE, M.; MASCARENHAS, S. Avaliação da motivação e do bem/mal-estar dos professores. Estudo comparativo entre Portugal e Brasil. *Revista AMAzônica*, Humaitá, AM, v. 7, n. 2, p. 7-18, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285320508_Avaliacao_da_motivacao_e_do_bem_mal-estar_dos_professores. Acesso em: 10 dez. 2023.

LIMA, F. de P. A. Carga de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 1-9.

LUCK. H. *A Gestão Participativa na escola*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MACEDO, F. de O. *Bem-estar/mal-estar docente dos professores das Escolas das Águas no Pantanal*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2020. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1034690-fabiane-de-oliveira-macedo.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MAZZOTTA, M. J. da S. *Fundamentos de educação especial*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982.

MENDES, A. R. *Saúde docente: uma realidade detectada - em direção ao bem-estar e a realização profissional*. 2011. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2721>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D. O mal-estar na docência: causas e consequências. *Revista da ADPPUCRS*, Porto Alegre, n. 2, p. 62-74, 2001.

OLIVEIRA, R. M. M. A. Narrativas de formação: o que dizem licenciandas e professoras iniciantes. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, MT, v. 25, n. 60, p. 631-659, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4090>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PASCHOAL, T.; TAMAYO, Á. Validação da escala de estresse no trabalho. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 9, n. 1, p. 45-52, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/MRLmmQhyZQjWcN4DPffTBbq/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PICADO, L. Ser Professor: do mal-estar para o bem-estar docente. *Revista Psicologia: o portal do psicólogo*. 2009. Disponível em: www.psicologia.pt/artigos/textos/A0474.pdf. Acesso: 14 de jun. 2023.

REBOLO, F. Fontes e Dinâmicas do Bem-Estar Docente: os quatro componentes de um trabalho felicitário. In: REBOLO, F.; TEIXEIRA, L. R. M.; PERRELLI, M. A. de S. (Org.). *Docência em questão: discutindo trabalho e formação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 23 – 60.

REBOLO, F.; BUENO, B. O. O bem-estar docente: limites e possibilidades para a felicidade do professor no trabalho. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 323-331, 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v36n02/v36n02a16.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

ROSA, A. P. T. M. da. *O bem-estar no trabalho dos professores das salas de recursos multifuncionais – surdez*. 2015. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2015. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/15738-ana-paula-teixeira-minari.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SAMPAIO, M. das M. F.; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjz85czHRW3GcKpB9dmNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SCARAMUZZA, S. A. *O Bem-Estar Docente no Contexto de Escolas Inclusivas: um estudo com professores da rede municipal de ensino de Ji-Paraná – RO*. 2015. (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2015. Disponível em:

<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/15578-simone-alves-scaramuzza.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SOUZA M. C. L. de; CARBALLO F. P.; LUCCA S. R. de. Fatores psicossociais e síndrome de burnout em professores da Educação Básica. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 27, p. 1-8, 2023.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/KywSvctFmmvwV9bFmpfTy3K/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2012.

TOSTES, M. V.; ALBUQUERQUE, G. S. C. D.; SILVA, M. J. D. S.; PETTERLE, R. R. Sofrimento mental de professores do ensino público. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/wjgHn3PzTfsT5mQ4K8JcPbd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

VIEGAS, M. F. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, p. 1-21, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/7Jx7mQXpBGZp5CLgcW94WHy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ZACHARIAS, J.; MENDES, A. R.; LETTNIN, C.; DOHMS, K. P.; MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D. Saúde e Educação: do mal-estar ao bem-estar. *Revista Educação por Escrito*, PUCRS, v. 2, n.1, p. 16-30, 2011. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/8674>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Recebido em: 16 de fevereiro de 2025.
Aprovado em: 20 de outubro de 2025.